

SUAPE DESENVOLVE AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO ASSENTAMENTO VALDIR XIMENES

José Roberto Carvalho Zaponi¹
Tiago Vinicius Batista do Carmo²
Ana Paula Xavier de Gondra Bezerra³
Ângela Maria Cirilo⁴
Lilian Rodrigues de Oliveira⁵

Resumo: Este estudo aborda a realocação de famílias que viviam nas Zonas de Proteção Ecológica do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – Suape (CIPS) localizado no estado de Pernambuco. Suape vem implementando um Programa de Restauração Florestal como forma de reestruturar essas áreas, cujo foco principal é reverter o nível de antropização. Uma das ações foi à realocação de famílias que viviam nessas áreas. Após acordo, as famílias foram indenizadas e 126 lotes foram distribuídos. A partir disto, formou-se o Assentamento Valdir Ximenes, que está localizado no município de Barreiros, Mata Sul do estado de Pernambuco. Com a introdução de ações de Responsabilidade Socioambiental nas áreas do assentamento foi possível que as famílias, que antes viviam de atividades de subsistência como extrativismo e pesca, vivenciem um maior conhecimento sobre técnicas do uso e manejo da água e do solo, o que incentivou os assentados à realizarem atividades agropecuárias, dentre elas a produção de: mandioca, milho, abacaxi, banana, maracujá, laranja, dentre outros. Com isso, foram estimulados a comercializar esses produtos com a Prefeitura de Barreiros/PE, que os utiliza na merenda escolar do município. Suape através da Coordenadoria de Assistência Social e Coordenadoria de Educação Ambiental, também, desenvolvem ações de conscientização sobre questões relacionadas ao associativismo e cooperativismo, assistência técnica para produção agropecuária, elevação do nível de conhecimento sobre Educação Ambiental. Dentro das ações de desenvolvimento urbano, social e ambiental houve o encaminhamento ao Ministério da Educação o Projeto “Escola da Terra” em busca da promoção de melhorias nas condições do aprendizado dos estudantes, com enfoque na “Educação para o Campo”.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais – Programa de Educação Ambiental – Responsabilidade Socioambiental de Suape.

Introdução

Assentamento rural foi uma nomenclatura idealizada na esfera das políticas públicas a fim de denominar um tipo de intervenção fundiária, porém este termo engloba muitas questões como: compra de terras, desapropriação de imóveis rurais ou uso de terras públicas. Na maioria das vezes esse conjunto de ações tem

¹Licenciado em Ciências Agrárias, Mestre em Tecnologia Ambiental/SUAPE-roberto.zaponi@gmail.com

²Eng. Agrônomo, Mestrando em Melhoramento Genético de Plantas/ITEP-tvinibatista@gmail.com

³Bióloga, Especialista em Perícia e Auditoria ambiental/ITEP-ana.gondra@itep.br

⁴Pedagoga, Especialista em Educação Ambiental/ITEP-angela.mcirilo@gmail.com

⁵Bióloga, Especialista em Gestão Ambiental/ITEP-lilianoliveira.itep@gmail.com

o objetivo de: proporcionar a regularização de áreas ocupadas, possibilitar a destinação de terrenos para populações que lutam por direito à terra por meio de movimentos que fazem pressão sobre o Estado, possibilitar a conservação de populações e suas tradições e promover o reestabelecimento de populações atingidas por grandes projetos (MEDEIROS; LEITE, 2004).

Pode-se, também, definir assentamento como, formação de um espaço constituído por vários grupos que chegaram e passaram a conviver, a se constituir a partir do acampamento e posteriormente formando o assentamento. Pessoas com diferentes experiências e trajetórias passam a conviver num mesmo espaço físico. Dessa forma, as interações pessoais irão aflorar e contribuir para construção de uma série de relações sociais (OLIVEIRA, 2005).

Nesse contexto se enquadra as famílias de agricultores oriundas dos Engenhos Ilha e Jurissaca, no Cabo de Santo Agostinho, litoral Sul do estado Pernambucano, que foram remanejados pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - Suape para adequação de seu Plano Diretor e conseqüentemente da sua Zona de Preservação Ecológica (ZPEc).

O Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – Suape (CIPS) localizado no estado de Pernambuco tem empreendido esforços e recursos para atender às exigências da legislação ambiental aplicada ao contexto portuário e industrial, no sentido de manter sua gestão adequada do ponto de vista econômico, social e ambiental. Suape vem implementando o Programa de Restauração Florestal como forma de reestruturar as áreas antropizadas. Logo, tais ações promoveram a realocação destas famílias que viviam nas áreas, formando assim o Assentamento Valdir Ximenes, localizado no município de Barreiros, Mata Sul do estado de Pernambuco, com grande potencial para o desenvolvimento da agricultura de subsistência.

Este estudo tem o objetivo de abordar a realocação de famílias que viviam nas Zonas de Proteção Ecológica do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - Suape, bem como as ações de Responsabilidade Socioambiental promovidas nas áreas do assentamento.

Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – Suape

O CIPS está situado no Nordeste brasileiro, no estado de Pernambuco, localizado na nucleação da área sul da Região Metropolitana do Recife, distante

cerca de 40km da capital com acesso rodoviário pela PE-060 e BR-101, localizado nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca.

Desde o período colonial, Suape já funcionava como um porto natural para o escoamento da produção de açúcar produzido na Mata Sul de Pernambuco para o Porto do Recife. Cabe ressaltar que Suape era o nome de um ancoradouro existente na ilha do Cabo de Santo Agostinho, que ficava separado do mar por um cordão de recifes de arenito. Em sua extremidade norte, no qual desembocavam três rios importantes, o Massangana, o Tatuoca e o Ipojuca, uma muralha de aproximadamente 800 metros permitia o acesso de pequenas embarcações. Desde sempre, portanto, aquele estuário exerceu funções econômicas e estratégicas.

Na década de 60, estudos começaram a ser realizados para analisar a viabilidade da implantação de um “super-porto”, destinado à exportação e à instalação de indústrias no seu entorno.

Logo, a concepção do modelo de gestão de Suape originou-se na década de 70, com o moderno conceito de integração porto-industrial, já existente no Porto de Marseille-Fos, na França e de Kashima, no Japão. A partir de 1973, começou a ser elaborado o Plano Diretor para a implantação do Complexo Industrial Portuário integrando extensa área para indústrias e serviços de apoio ao porto marítimo.

Em 7 de novembro de 1978, através da Lei Estadual nº 7.763, foi instituída a empresa SUAPE - Complexo Industrial Portuário, com a finalidade de administrar a implantação do distrito industrial, o desenvolvimento das obras e das atividades portuárias.

Diante disso, na década de 80, o Porto de Suape começou a operar, efetivamente, com o objetivo de atender à expansão da zona portuária e ao aumento significativo da movimentação de cargas. Atualmente é considerado como a melhor infraestrutura em porto público do Brasil, Suape concentra mais de 100 empresas em operação.

Posteriormente no ano de 2011, foi criado o fórum Suape Sustentável objetivando o crescimento econômico do Complexo, a inclusão social e a preservação ambiental do entorno. Além de por em prática ações apontadas pelo levantamento nas áreas de saúde, educação, segurança, urbanismo, entre outros envolvendo não só o governo estadual, mas também as prefeituras, as empresas e a sociedade civil organizada.

Conforme o Plano Diretor de Suape em vigor desde 2011, organiza o território do CIPS por meio de zoneamento instituindo as Zonas: 59% Zona de Preservação Ecológica/ZPEC, 3% Zona Central de Serviços/ZCS, 22% Zona Industrial/ZI, 14% Zona Industrial Portuária/ZIP e 2% Zona de Preservação Cultural/ZPC.

Considerando que Suape se destaca em referência nacional de gestão integrada e participativa voltada a sustentabilidade socioambiental, o Programa Suape Sustentável traduz como balanço do ano de 2013 as seguintes questões: a gestão e reorganização do território de Suape, motivado pelo Novo Plano Diretor Suape 2030; o recorde de 526 negociações com os posseiros, representando cerca de R\$ 34 milhões em indenizações; criação da Unidade de Conservação – Estação Ecológica de Bita e Utinga, por meio do Decreto Estadual nº 38.261/12; tramitando convênio entre Suape e a CPRH, a criação de mais três Unidades de Conservação; Projeto de Restauração Florestal da Zona de Preservação Ecológica, com o plantio de 498 ha de floresta atlântica; Projeto Visitando Suape e Horizonte Profissional, de 2012 a 2013, levou mais de 33 mil jovens a conhecer Suape e as oportunidades no cenário da educação e do trabalho; Programa de Educação Ambiental, por meio do Projeto Pedagogia Ambiental, realizou de 2010 a 2013 a capacitação de 2.691 pessoas; e a tramitação para a criação do Instituto Suape voltado ao desenvolvimento humano e ambiental no Complexo e em seu entorno.

Já em relação ao desenvolvimento urbano e social o fórum Suape Sustentável possui ações integradas juntamente com a Diretoria de Gestão Fundiária e Patrimonial com as Coordenadorias de Assistência Social, Educação Ambiental, Proteção ao Patrimônio e Gestão Fundiária Condominial que trataram de realizar o acompanhamento às ações desenvolvidas até a entrega das casas do habitacional Vila Nova Tatuoca, viabilização do Projeto Habitacional em Vila de Massangana; Vila Dois Irmãos; Gaibú; Vila Nazaré; Vila Suape; Cepovo; e Vila Claudete (estando algumas dessas em fase contratual), entrega de lotes e títulos de poses aos agricultores do Assentamento Valdir Ximenes, parcerias realizadas com os governos municipais, estadual e federal, implementação do Projeto “Escola da Terra”, entradas e acessos aos lotes, Projetos de Habitação Rural e promoção de eventos sócios educativos.

Ainda neste contexto de Sustentabilidade, Suape desenvolve os Programas Ambientais – (PA's) com seus respectivos Programas Básicos Ambientais (PBA's), consequência do aperfeiçoamento na Gestão Ambiental da empresa.

Suape gerencia não apenas as suas atividades próprias, mas também leva em consideração as atividades das demais indústrias que se encontram estabelecidas no CIPS e, ainda, harmoniza todas essas atividades com as peculiaridades inerentes às suas diversas áreas.

Tendo como PBA nº17, o recorte da Educação Ambiental, representado pelo Programa de Educação Ambiental (PEA/Suape) nos moldes do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Em cumprimento às condicionantes estabelecidas pelo Estudo de Impacto Ambiental – EIA, por meio de processo de licenciamento ambiental, O PEA prevê a execução de projetos, tais como:

Projeto 1: Percepção e Interpretação Ambiental;

Projeto 2: Pedagogia Ambiental;

Projeto 3: Comunicação Socioambiental;

Projeto 4: Suape Universitário.

O Projeto Pedagogia Ambiental tem conquistado importantes avanços desde seu primeiro ano de execução desenvolvendo atividades pedagógicas de Educação Ambiental voltada para a Ecologia Humana, Ecologia Social e Ecologia Ambiental visando inclusão de ações integradas no território estratégico de Suape.

O PPA tem como instituição executora a Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP OS, que tem mostrado desde o início do processo, capacidade e competência em executá-lo. A escolha criteriosa de uma equipe de profissionais para atuar neste projeto vem resultando em um trabalho de extremo cuidado e criteriosa busca pelo melhor texto e pela metodologia mais adequada, pautados na efetivação de uma pedagogia da sustentabilidade, adequada ao contexto do CIPS.

Assentamento Valdir Ximenes

As famílias de agricultores oriundas dos Engenhos Ilha e Jurissaca, no município do Cabo de Santo Agostinho, após serem remanejadas pelo Complexo Industrial Portuário de Suape fundaram o Assentamento Valdir Ximenes.

O Governo do Estado, através de uma ação integrada entre a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária e Secretaria de Desenvolvimento Econômico entregou lotes de terra aos assentados. A iniciativa foi conduzida pelo Instituto de Terras do Estado de Pernambuco (Iterpe), Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - Suape.

A terra, adquirida pelo Governo do Estado, através de negociação conduzida pela Procuradoria Geral do Estado, possui 1.100 hectares e é composta pelos Engenhos Bombarda e Roncador localizados na cidade de Barreiros, neste município, conforme decreto nº37.840 de 07 de fevereiro de 2012.

Após acordo, as famílias que possuíam ocupações adensadas e precárias foram remanejadas, foi homologado acordo na justiça, pagamento das indenizações pelas benfeitorias realizadas no terreno, ou seja, construções e plantações existentes nas áreas ocupadas e 126 lotes foram distribuídos. A partir disto, formou-se o Assentamento Valdir Ximenes, que está localizado no município de Barreiros, Mata Sul do estado de Pernambuco. Com a introdução de ações de Responsabilidade Socioambiental nas áreas do assentamento foi possível que as famílias, que antes viviam de atividades de subsistência como extrativismo e pesca, vivenciem um maior conhecimento sobre técnicas do uso e manejo da água e do solo, o que incentivou aos assentados a realizarem atividades agropecuárias, dentre elas a produção de: mandioca, milho, abacaxi, banana, maracujá, laranja, dentre outros.

A pesquisa foi desenvolvida por meio do estudo de caso do Assentamento Valdir Ximenes. Seguindo o modelo proposto por Peres (2011), foi possível realizar a caracterização. O Assentamento, foi fundado em 2013, atualmente é composto por 126 famílias. A infraestrutura é considerada mediana, pois ainda não atende integralmente as necessidades básicas da comunidade, muitas casas ainda estão em fase de construção e muitas famílias estão morando em casas que pertenciam ao antigo Engenho. O tempo de formação do Assentamento é recente e muitas famílias ainda estão em processo de adaptação, deste modo Suape articula ações junto com órgãos do Governo do Estado a fim de facilitar a obtenção junto à Caixa Econômica o financiamento para construção de moradias pelo Programa de Habitação Rural.

Quanto aos serviços existentes na área, possui acesso à rede elétrica e referente à água, a maioria possui poço artesiano, possibilitando o fornecimento de água potável. Algumas poucas casas possuem fossa, porém a maioria das residências o esgoto é a céu aberto. Os resíduos sólidos produzidos não são recolhidos pela prefeitura, sendo assim queimados ou enterrados pelos assentados. Já os resíduos orgânicos para alguns dos assentados servem para alimentar animais de criação.

Referente às embalagens de insumos e defensivos agrícolas não possuem qualquer sistema de coleta e descarte apropriado. O assentamento possui uma sede social, que é utilizada para reuniões da Associação Rural do Assentamento.

Em relação à produção agropecuária, os assentados não utilizam tração animal, a utilização de máquinas e implementos é esporádica, sendo condicionada a parcerias com o governo.

A base produtiva do assentamento é variada, com destaque para produção agrícola, tais como, banana, macaxeira, abacaxi, milho, melancia, feijão e maracujá. A produção animal se dá em menor escala, para consumo próprio, sendo mais comum a produção de aves, suínos, ovinos e caprinos. Entretanto alguns produtores produzem mel de abelha, em grande escala, e essa produção esta consolidada.

Em relação ao escoamento da produção, parte é destinada ao próprio consumo e o restante é comercializado. A comercialização dá-se de forma direta em Engenhos vizinhos, feiras livres e com a Prefeitura de Barreiros/PE, que utiliza na merenda escolar do município.

Quanto ao sistema de cultivo do solo predominante é o convencional e é possível identificar em alguns lotes do assentamento a presença de erosão, devido ao uso inadequado do solo. Em relação aos insumos, são utilizadas sementes adquiridas pelos próprios agricultores, armazenadas da ultima safra e doações de instituições governamentais parceiras. Os assentados não costumam utilizar inseticidas, nem práticas de controle de pragas e doenças.

Relacionado às questões de saúde, existe uma agente de saúde da comunidade que atende as famílias, agendando consultas médicas e exames. Os casos mais graves são encaminhados para os hospitais dos municípios de Barreiros ou Recife. Para ter acesso à educação, os filhos dos assentados precisam se deslocar para municípios vizinhos, é disponibilizado transporte escolar pela prefeitura. Porém, muitas famílias indicam que a infrequência do transporte é considerado um fator que contribui para a diminuição do desempenho dos alunos na escola.

O assentamento possui área destinada para Reserva Legal (RL) bem delimitada, bem como Áreas de Preservação Permanente (APP) em torno do curso dos rios e nascentes. Observou-se a potencialidade produtiva e ambiental da área, visto que a APP's estão bem conservadas, principalmente as que se encontram nos topos de morros e nas encostas com declividade superior a 45°. Foi visualizado que em

locais onde não se estava utilizando o solo, o processo de regeneração natural esta se instalando devido à potencialidade do banco genético do local. Em algumas áreas em torno de córregos, nascentes e margens de rio, que fazem parte da Área de Preservação Permanente há a necessidade de serem repovoadas com árvores nativas da região, para se enquadrar dentro da legislação ambiental em vigor.

Ações, avanços e perspectivas

Ações Realizadas

- Entrega dos lotes e dos títulos de posse

Uma grande ação conjunta entre Suape e o Governo do Estado permitiu o investimento, as famílias que viviam nos Engenhos Jurrissaca e Ilha foram remanejadas para Barreiros, Pernambuco. Foram entregues 126 lotes de terras e as famílias receberam a documentação referente à titularidade das terras. O acesso e a regulamentação das terras gerou satisfação e possibilitou um maior incentivo aos produtores realizarem suas atividades.

- Promoção de parcerias com os Governos Municipal, Estadual e Federal

Possibilita que parte da produção seja adquirida pela Prefeitura de Barreiros, para consumo na merenda escolar. E que Famílias sejam atendidas pelas secretarias municipais de saúde, educação, agricultura e assistência social. Além disso, busca-se um envolvimento maior com a Secretaria de Agricultura e órgãos afins com o objetivo de alavancar o desenvolvimento do Assentamento. Ocasionalmente assim, melhoria e garantia da geração de renda das famílias reassentadas e atendimento direcionado às famílias moradoras do Assentamento. E que os produtores tenham maior acesso a implementos agrícolas para o preparo de solo.

- Implementação do Projeto "Escola da Terra"

Dentro das ações de desenvolvimento urbano, social e ambiental houve o encaminhamento ao Ministério da Educação o Projeto "Escola da Terra" que se encontra aguardando o pronunciamento e aprovação do MEC, em busca da promoção de melhorias nas condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes do campo em suas comunidades, por meio do apoio à formação de professores, fortalecendo a escola como espaço de vivência social e cultural.

- Ações de Responsabilidade Socioambiental

Introdução de ações de Responsabilidade Socioambiental nas áreas do assentamento possibilitou a instrumentalização desses profissionais do campo referente à APP's, uso e manejo da água e do solo, a socialização e integração entre os moradores, conhecimento e orientação a cerca de temas relacionados ao conjunto familiar, crescimento no número de famílias interessadas na participação das atividades, auxílio nas áreas de associativismo e cooperativismo, para melhorar as relações interpessoais dentro da comunidade.

- **Implantação de estradas e melhoria dos acessos aos lotes**

Foi realizada a recuperação da estrada principal e dos acessos aos lotes dos Engenhos Bombarda e Roncador. Também, foram instalados tubos para a melhoria na drenagem local, bem como a limpeza dos mesmos. Essas ações permitem que os assentados tenham maior facilidade no escoamento da produção, e a diminuição dos alagamentos em áreas mais críticas.

- **Promoção de eventos socioeducativos**

Execução de ações que favoreçam a socialização e integração entre os moradores do Assentamento, orientação sobre temas relacionados ao conjunto familiar, como exemplo: defesa dos direitos da criança e do adolescente, saúde do homem e introdução à Educação Ambiental. Os principais avanços foram: famílias interessadas na participação dos encontros e elevação do nível de conhecimento sobre as temáticas abordadas.

Ações em Andamento

- **Prestação de Assistência Técnica**

A assistência técnica é realizada pelos técnicos do Iterpe (Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco) e técnicos do IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco) ligado à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco. Porém, a quantidade e a disponibilidade dos técnicos não supri totalmente as necessidades dos agricultores. Deste modo, Suape percebendo esse déficit, com intuito de incentivar a realização de atividade agropecuárias e facilitar o acesso a informações técnicas, também começou a visibilizar apoio técnico aos agricultores.

Dentre as atividades realizadas, pode-se apontar a orientação da produção e plantio definitivo de espécies da Mata Atlântica nas áreas de reserva legal (RL) nas áreas de preservação permanente (APP). Realização de Oficina de

Restauração Florestal – Mata Atlântica, cujo foco é a proteção e Restauração das RL/APP. E facilitar a criação de um viveiro para produção de mudas da Floresta Atlântica no assentamento.

- **Diagnóstico Rápido Participativo – DRP**

Aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo Socioambiental para levantar os problemas e potencialidades na área socioambiental com enfoque no desenvolvimento local da Educação Ambiental, produção agropecuária e características socioeconômicas. O objetivo é a construção de um plano de ação para intervenção no Assentamento Valdir Ximenes a partir dos dados gerados e tratados do DRP e elaboração de um plano de ação de Gestão de Resíduos Sólidos na área de assentamento.

Conclusão

Nesse contexto, a ação do CIPS frente aos processos de organização de seu território, correlacionados com a proteção do meio ambiente e a inclusão humana, requer o desenvolvimento de ações de mobilização social, com vistas à redução e eliminação dos riscos socioambientais. Entende-se que somente a existência do arcabouço legal, municipal, estadual e federal não restringe e nem regula as ocupações dos espaços. Torna-se necessário enveredar pelo caminho da construção e implementação de um modelo de Educação Ambiental capaz de informar, sensibilizar, mobilizar e, conseqüentemente, criar uma rede local dotada de pessoas com comportamentos preventivos e proativos.

Logo, a introdução de ações de Responsabilidade Socioambiental promovidas pela empresa Suape nas áreas do assentamento, possibilitou uma melhoria da qualidade de vida desses profissionais do campo, esclareceu o entendimento referente a temas relacionados ao Meio Ambiente, incentivou a realização de atividades agropecuárias e estimulou as relações interpessoais dentro da comunidade. Ao longo do tempo, as relações entre os assentados, a terra e o ambiente vão se fortalecer permitindo assim, que o Assentamento se torne modelo de desenvolvimento local.

Referências

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

OLIVEIRA, M.L.R. Assentamentos rurais: um espaço em construção de famílias de origem migrante. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2005.

PERES, P. C. **Conflitos de uso da terra em áreas de preservação permanente do assentamento Ramada, Júlio de Castilhos, RS.** Monografia de Especialização (Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo) Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2011.